

ENTENDA O PACOTE

Servidores públicos perguntam sobre o tempo de serviço que podem usar para escapar da demissão dos não-estáveis

Sandro Silveira
Da equipe do Correio

SERVICO

PLEBISCITO ON LINE

Você aprova o pacote de medidas do governo federal? O Correio Web quer saber o que você acha do pacote emergencial do governo Fernando Henrique Cardoso. Para dar seu voto, basta acessar o endereço do Correio Braziliense na Internet (www.correioweb.com.br) e escolher uma das opções do plebiscito.

OPÇÕES	VOTOS	PERCENTUAL
SIM	55	12,6
NAO	377	86,5
INDECISOS	4	0,9
TOTAL	436	100

PREÇOS

1 Quais preços sobem hoje?

Os preços dos carros sobem 5,2% em média, porque o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aumentou cinco pontos percentuais. O IPI de carros populares, veículos mais vendidos no país, passa de 8% para 13%. O preço do gás de cozinha sobe de R\$ 7,70 para R\$ 8,01. Esse reajuste é de 4,02%.

2 As contas dos restaurantes vão subir?

Há motivo para as contas dos restaurantes subirem, mas não em 4% — reajuste do gás de cozinha. O custo do gás é apenas parte do preço total das refeições. Nesse total estão incluídos os salários dos funcionários, material de limpeza, os próprios alimentos e outros. Além disso, há competição entre os restaurantes e muitos tentarão absorver esse e outros reajustes.

3 Por que o governo antecipou o reajuste da gasolina e do diesel?

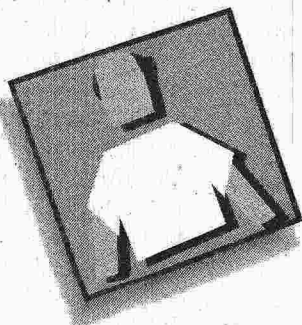
Para evitar que as distribuidoras estocassem o combustível, interrompessem o atendimento aos postos no final de semana e revendessem hoje o produto já com o aumento. O governo temia um desabastecimento durante o fim de semana. Com o aumento dos combustíveis, o governo espera arrecadar R\$ 1,16 bilhão nos cofres públicos, que correspondem aos ganhos do aumento médio de 6% no país inteiro. Esse dinheiro servirá para bancar os subsídios aos preços do álcool e óleo diesel, principalmente. O aumento nos preços dos combustíveis não respeitou o prazo de um ano, defendido pelo próprio governo. O último reajuste significativo ocorreu em dezembro e foi de 15%. Em janeiro houve outro de 1%. Agora, teremos mais um de 6%. Nos demais casos, o governo promete que respeitará o prazo de um ano entre os reajustes. Hoje sobem os preços do gás e do álcool.

4 Em que meses teremos reajustes de tarifas públicas em 1998?

A conta de água subirá em fevereiro no Distrito Federal. Em março pode ser concedido novo reajuste no preço do botijão de gás e telefonar ficará mais caro em abril. A conta de luz sobe em maio. As passagens de ônibus interestaduais e internacionais sobe em julho.

5 Haverá aumento nas prestações fixas de carros já comprados nas concessionárias?

Não. Os preços dos carros ficarão 5,2% mais caros em média a partir de hoje. As negociações já feitas não são alteradas pelo aumento do IPI.



APOSENTADOS

6 O funcionário público que pedir aposentadoria proporcional será atingido pelo pacote?

Não. Nenhum funcionário público será atingido. A medida referente à aposentadoria proporcional só vale para a iniciativa privada.

7 Qual é a nova regra para a aposentadoria proporcional?

O trabalhador da iniciativa privada só poderá pedir aposentadoria proporcional por meio de um pedido de demissão aceito pela empresa onde está empregado. Ele só poderá continuar

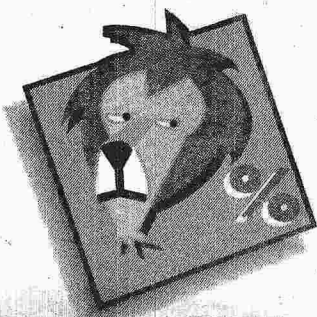
trabalhando após assinar novo contrato de trabalho. Hoje, muitos trabalhadores pedem a aposentadoria proporcional cinco anos antes de completarem o período integral e continuam trabalhando na empresa. É uma forma de faturarem mais dinheiro. O governo acredita que com a necessidade de apresentar o pedido de demissão, os trabalhadores serão desincentivados a se aposentar. Assim, a Previdência só gastaria verbas com seus benefícios cinco anos depois.

8 A medida sobre a aposentadoria proporcional é constitucional? Não seria necessária uma emenda constitucional?

A medida é constitucional, segundo o ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes. Ela não modifica nada na Constituição, mas acrescenta uma regra para que o pedido de aposentadoria proporcional seja aceito. Legalmente é o que se chama de legislação infra-constitucional. Assim, não é preciso, segundo o ministro, uma emenda constitucional.

9 O trabalhador da iniciativa privada que já deu entrada no pedido da aposentadoria proporcional será atingido?

Quem deu entrada antes de quarta-feira, data de publicação da medida no Diário Oficial da União, não está sujeito às novas regras.



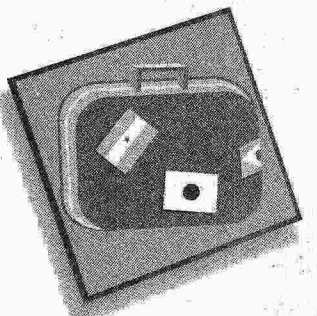
IMPOSTO DE RENDA

10 A porcentagem adicional a ser cobrada no Imposto de Renda será mensal ou debitada do valor total no fim do ano?

Todo mês, a partir do contracheque de janeiro de 1998 — que será entregue no final desse mês ou no início de fevereiro — o contribuinte assalariado pagará 10% a mais de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) do que paga hoje. Para você saber qual será a perda, multiplique o que é pago hoje por 1,1 — cálculo equivalente à elevação de 10%. Quem paga R\$ 100 hoje, por exemplo, passará a gastar R\$ 110.

11 O décimo terceiro salário será afetado pelo aumento de impostos?

Quanto a esse e qualquer outro salário referente ao ano de 1997, fique tranquilo. O "Leão" não vai morder nada.



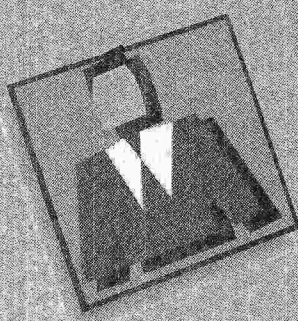
VIAGENS

12 Vou viajar para o exterior em julho do ano que vem. Devo comprar dólares para me proteger de eventual desvalorização do real?

Não parece ser um bom conselho. O governo está dirigindo artilharia pesada para não desvalorizar o valor do real em relação ao dólar. Mesmo que essa desvalorização supere a inflação, como pode acontecer em 1998, o dinheiro deverá render mais em aplicações financeiras, principalmente com o aumento de juros iniciado no último dia primeiro.

13 O preço da passagem aérea vai subir?

Especificamente não é o preço da passagem que subirá, mas o da taxa de embarque, que passará de R\$ 18 para R\$ 90. Na prática, o consumidor sentirá o aumento do custo da viagem. Uma família com quatro pessoas vai gastar R\$ 288 a mais para levantar voo.



SERVIDORES

14 Quem está seguramente fora da demissão?

O governo quer demitir 33 mil dos 55 mil servidores federais não-estáveis. Segundo o ministro da Administração, Bresser Pereira, serão preservadas as carreiras de estado e aquelas que foram excluídas do Plano de Demissão Voluntário (PDV) realizado no fim do ano passado. Não correm risco, portanto, os fiscais do INSS, do Trabalho, vigilância sanitária, auditores fiscais, técnicos do Tesouro e controle dos gastos públicos, advogados da União, médicos que trabalham nos hospitais, engenheiros, procuradores, professores e policiais.

15 O servidor que era militar e foi contratado sem concurso público para tabela especial de emprego após seis de outubro de 1983, tendo passado para a reserva na mesma data — portanto sem interrupção —, pode computar o tempo de serviço prestado às Forças Armadas para ser considerado estável, nos termos do caput do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)?

Não. Esse tempo de serviço não será computado para fins da estabilidade excepcional prevista no caput desse artigo, porque somente o tempo de serviço prestado em cargos ou empregos públicos de provimento de caráter efetivo à administração direta ou às autarquias e fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios poderá ser considerado. Neste caso, não há que cogitar-se do cômputo de serviço militar prestado às Forças Armadas, às polícias militares e corpos de bombeiros dos Estados ou dos extintos Territórios. (Resposta do Ministério da Administração e Reforma do Estado — Mare)

16 O que prevê o artigo 19 do ADCT? E ele que define quem é servidor não-estável?

Sim. O artigo prevê que só podem ser demitidos os servidores que na data da promulgação da Constituição (cinco de outubro de 1988) estavam trabalhando, mas não tinham pelo menos cinco anos continuados de serviço e não foram admitidos mediante concurso público. (Resposta do Mare)

17 O servidor que ingressou no serviço público federal, por meio de "concurso público simplificado", com o exame apenas de títulos, é estável após dois anos?

Não. Esses profissionais não adquirem estabilidade após dois anos (período de estágio probatório), porque esse tipo de exame não tem as mesmas características de um concurso público. (Mare)

18 O tempo de serviço prestado à administração pública direta, às autarquias e fundações, ou à Territórios extintos, mediante recibo, pode ser computado para fins da estabilidade excepcional prevista no caput do artigo 19 do ADCT?

Esse tempo não pode ser contado. O tempo de serviço prestado mediante recibo não deve ser considerado para nenhum efeito. Somente o tempo de serviço prestado em cargos ou empregos públicos de caráter efetivo à administração direta ou às autarquias e fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios deve ser considerado para fins do disposto no artigo 19 do ADCT. (Mare)

19 O servidor sem estabilidade, demitido em 1990 e reintegrado por decisão judicial em 1995, pode ser exonerado com base no parágrafo 7º do artigo 243, do Regime

Jurídico Único?

A resposta é sim quando a reintegração do servidor ao cargo anteriormente ocupado pressupõe a invalidação da demissão, seja por decisão judicial ou administrativa. A resposta é não se a decisão judicial além de determinar a reintegração, reconhecer e declarar a estabilidade do reintegrado. (Mare)

20 O servidor anistiado a partir de 5 de outubro de 1988, por força do artigo 8º do ADCT, em cargo ou emprego público efetivo, no qual foi admitido sem concurso público, anteriormente a 5 de outubro de 1983 pode ser considerado estável?

Sim. Por força do que determina o artigo 8º do ADCT o servidor anistiado é beneficiado por uma ficção jurídica que lhe assegura as promoções a que teria direito se estivesse em serviço ativo. Portanto, o tempo compreendido entre a demissão, em decorrência de motivação exclusivamente política, ou por atos de exceção, institucionais ou complementares, e a anistia é considerado como de efetivo exercício. (Mare)

21 O servidor originário de órgão extinto, que foi admitido sem concurso público antes de 5 de outubro de 1983 e está trabalhando outro órgão por ter sido redistribuído pode ser considerado estável?

Sim. Os cinco anos continuados de tempo de serviço, exigidos como condição de garantia da estabilidade excepcional prevista no artigo 19 do ADCT, deve ser considerado, independentemente do órgão ou entidade que o servidor estava lotado, desde que o serviço tenha sido prestado em órgãos ou entidades da administração direta ou em autarquias e fundações públicas da União dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. (Mare)

22 O servidor admitido sem concurso público, após 6 de outubro de 1983, mas enquadrado no PCC, com fundamento no Decreto-lei 2.280/85, pode ser considerado estável?

Não. O enquadramento em Plano de Classificação de Cargos não confere estabilidade ao servidor. A condição estabelecida pelo artigo 19 do ADCT para garantir a estabilidade é que o servidor, que não foi admitido mediante concurso público, estivesse em exercício na data da promulgação da Constituição (cinco de outubro de 1988) há pelo menos cinco anos continuados. (Mare)

23 O ex-servidor que se aposentou em cargo, no qual não possuía estabilidade, pode perder a sua aposentadoria, por força do que dispõe o parágrafo 7º do artigo 243, do Regime Jurídico Único?

Não. A medida se aplica tão somente a servidores em atividade e não amparados pelo artigo 19 do ADCT, mesmo porque a aposentadoria já constitui forma de definir o cargo como vago.

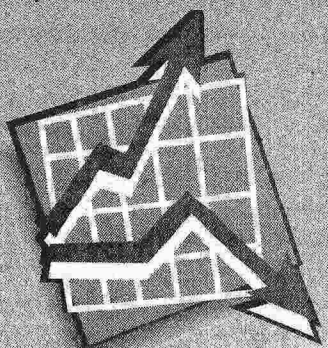
24 O anistiado pela Lei 8.878 de 1995 está excluído da possibilidade de ser exonerado com base no que dispõe o parágrafo 7º do artigo 243, do Regime Jurídico Único?

Não. As condições são as mesmas para os demais servidores.

25 Os servidores do Governo do Distrito Federal (GDF) serão prejudicados pelo pacote?

Serão, mas não por causa de uma medida direta do governo federal contra o GDF, que estava estudando um reajuste para os 38 mil servidores da administração direta. Agora, esse aumento está inviabilizado, conforme publicou o Correio Braziliense na edição de terça-feira passada, por dois motivos básicos: 1) O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, anunciou que não vai aumentar nem diminuir o repasse de verbas para o GDF, que inclui pagamento de salários para servidores das áreas de Educação, Saúde e Segurança; 2) Os juros altos e gastos maiores com o pagamento de impostos reduzirão o dinheiro disponível para consumo de mercadorias. Consequentemente, a

arrecadação do GDF com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) vai cair. Com menos dinheiro no cofre, o GDF não poderá aumentar salários.



CONJUNTURA

26 Esse pacote baixa os juros?

Não. O Banco Central provocou aumento dos juros no início deste mês e não há data prevista para começarem a cair. O pacote de segunda-feira corta gastos e aumenta a arrecadação do governo em 1998.

27 O que causou a crise que derrubou as bolsas na Ásia?

Foi uma consequência do ataque especulativo ao baht, a moeda da Tailândia, em julho. Os investidores achavam que a moeda iria se desvalorizar e trocaram baht por dólar. Com a operação dos especuladores, a moeda tailandesa acabou se desvalorizando mesmo. Depois foi a vez de outras moedas da região, como a da Indonésia. Quando os especuladores ameaçaram o dólar de Hong Kong, há duas semanas, o banco central de lá elevou os juros e manteve a cotação da moeda. Mas muita gente trocou a bolsa pelos juros de aplicações financeiras. Isso derrubou o preço das ações.

28 Qual a relação entre bolsa e câmbio?

Com a globalização dos mercados, o dinheiro muda de país muito rapidamente. O investidor só precisa telefonar ou fazer uma operação no computador. Se as ações caem, bilhões podem sair da bolsa e do país em alguns segundos. Esses investidores estão vendendo moeda do país e comprando moeda de outro — em geral dólar dos Estados Unidos.

29 Por que a crise das bolsa na Ásia chegou ao Brasil e atingiu o servidor público e o contribuinte?

Esses dois segmentos da sociedade vão pagar uma parte da conta (demissões, impostos e tarifas públicas mais caras) definida pelo governo federal para manter o real como uma moeda forte. Para entender por que a crise na Ásia tem efeitos no Brasil é preciso lembrar que os investidores — em ações negociadas nas bolsas de valores, por exemplo — têm medo de que o que aconteceu com as moedas dos países do sudeste asiático (desvalorização) possa acontecer com o real. Nesse caso eles preferem não estar aqui, com aplicações em reais, pois o dinheiro deles vai passar a valer menos, em dólares, da noite para o dia. Dependendo do risco, eles preferem tirar o dinheiro do Brasil e ganhar menos lá fora, mas com tranquilidade. Uma das formas de medir esse risco é olhar as contas públicas. Quando um país não consegue pagar o que gasta, ele está emitindo um sinal ruim. Para não emitir esse sinal, o governo está cortando gastos e aumentando as receitas.

30 Por que há tanta preocupação com a cotação do real?

No caso do Brasil, uma desvalorização imediata causaria perda de credibilidade para o país e haveria risco de trazer a inflação de volta, pois muitos produtos são importados e competem com os que são produzidos aqui dentro. Além disso, os estrangeiros que investiram no longo prazo (indústrias), ou curto prazo (ações e juros) perderiam dinheiro. Se a moeda é desvalorizada em 20%, quem aplicou US\$ 100 passa a ter, de um dia para outro, US\$ 80. Esse investidor vai demorar muito para voltar ao País. É o tipo de crise de confiança que afetou o México a partir de 1994, depois da desvalorização do peso.

PERA-DUVIDAS